



## TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

### ATO REGIMENTAL N. 2 DE 16 DE FEVEREIRO DE 1989

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS**, para dar cumprimento às regras de competência estabelecidas na Constituição Federal com relação ao Superior Tribunal de Justiça e aos Tribunais Regionais Federais, reunido em sessão plenária,

#### RESOLVE:

I – Instalados os Tribunais Regionais Federais, os processos pendentes de julgamento no Tribunal Federal de Recursos serão, observada a respectiva jurisdição, a eles remetidos, por despacho do Relator ou do Presidente, quando for o caso, ressalvado o disposto no item II deste ato;

II – Permanecerão no Tribunal Federal de Recursos e serão encaminhados à redistribuição no Superior Tribunal de Justiça Os seguintes feitos incluídos na competência deste pelo art. 105 da Constituição, e pelo art. 27, § 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

- a) Inquéritos e ações penais em que figurem como indiciados e réus respectivamente, quaisquer das pessoas mencionadas no art. 105, I, a, da Constituição;
- b) Habeas corpus em que a autoridade coatora seja Ministro de Estado;
- c) Mandados de segurança contra ato de ministro de Estado;
- d) Petições de mandado de injunção e habeas data;
- e) Conflitos de competência, exceção daqueles de que trata o art. 108, I, e, da Constituição;
- f) Ações rescisórias de acórdãos do Tribunal Federal de Recursos.

III – Os processos que se encontram na Subprocuradoria-Geral da República serão requisitados pelo Presidente do Tribunal, para os fins previstos nos itens anteriores.

IV – Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal, que, se julgar necessário, ouvirá o Plenário.

V - Este ato vigorará a partir de sua publicação.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE.

MINISTRO EVANDRO GUEIROS LEITE

PRESIDENTE